EVENTOS	CAP. SOCIAL	RES. CAPITAL	RES. LEGAL	LUCROS ACUM.	TOTAIS
Saldos em 31.12.2016	**5.858.330,00**	**29.715.235,18**	**286.308,60**	**-4.991.682,57**	**30.868.191,21**
Resultado Líquido 2017				-3.617.941,57	-3.617.941,57
Saldos em 31.12.2017	**5.858.330,00**	**29.715.235,18**	**286.308,60**	**-8.609.624,14**	**27.250.249,64**
Resiultado Líquido 2018				-1.966.954,65	-1.966.954,65
Saldos em 31.12.2018	**5.858.330,00**	**29.715.235,18**	**286.308,60**	**-10.576.578,79**	**25.283.294,99**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76, e legislação complementar aplicável.

NOTA 02 - Foi observado o regime de competência para os registros das operações ocorridas no exercício. A aplicação desse procedimento implica no reconhecimento das Receitas, dos Custos e das Despesas na ocasião em que foram ganhos ou incorridos, independentemente da realização ou desembolso.

NOTA 03 - O Estoque de veículos, máquinas e implementos agrícolas está demonstrado ao custo de aquisição de cada unidade. Os demais estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição. Em ambos os critérios, o custo é inferior ao valor de realização.

NOTA 04 - O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações foram calculadas pelo método linear às taxas normais estabelecidas pela Legislação.

NOTA 05 - Os Ativos e Passivos com prazos de até 360 dias estão demonstrados no Circulante.

NOTA 06 - O Capital Social Realizado é de R$ 5.858.330,00 (Cinco Milhões Oitocentos e Cinqüenta e Oito Mil e Trezentos e Trinta Reais), representado por 5.858.330 ações, no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada uma.

Guarapuava, 31 de Dezembro de 2018

Odilon Casagrande
Diretor
CPF 004.010.569-53
Rogerio José dos Santos - Contador
CPF 716.435.169-49
RC 066698O3

Resultado Liquido do Periodo	-3.617.941,57	-1.966.954,65
Depreciações e Amortizações	-1.118.977,53	-230.607,17
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**-4.736.919,10**	**-2.197.561,82**
AUMENTO/REDUÇÃO CONTAS ATIVAS	**10.834.365,53**	**3.281.470,72**
Clientes	233.270,06	1.041.683,44
Estoques	3.611.381,65	3.321.899,50
Despesas Antecipadas	337,50	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	84.422,30	-7.000,00
Devedores Diversos	682.762,29	-5.531,71
Impostos a Recuperar	3.038.672,70	47.792,15
Depósitos Judiciais	915.451,35	0,00
Outros Créditos	2.268.067,68	237.916,13
Espólio IBC/Diretores e Acionistas	0,00	-1.355.288,79
AUMENTO/REDUÇÃO CONTAS PASSIVAS	**-2.712.381,16**	**-1.914.212,50**
Fornecedores	-2.151.801,44	-10.833,88
Obrigações Sociais/Fiscais	-179.283,06	-402.809,80
Adiantamentos de Clientes	-452.197,04	-1.434.852,25
Duplicatas Descontadas/Outras Obrigações	-48.094,15	0,00
Administradores	118.994,53	-65.716,57
Provisões	0,00	0,00
TOTAL ORIGINADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**3.385.065,27**	**-830.303,60**
ORIGINADOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**6.395.311,82**	**230.607,17**
Atividades no Imobilizado	6.395.311,82	230.607,17
ORIGINADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**-8.284.790,89**	**-22.000,00**
Instituições Financeiras	-8.284.790,89	-22.000,00
TOTAL GERAL VARIAÇÃO DAS ATIVIDADES	**1.495.586,20**	**-621.696,43**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**1.495.586,20**	**-621.696,43**
Caixa e Equivalentes no inicio do exercicio	1.152.427,51	2.648.013,71
Caixa e Equivalentes no final do exercício	2.648.013,71	2.026.317,28

15946/2019

COPADUBO S.A. E GRUPO | CNPJ/MF nº 27.918.834/0001-37

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO. Em 2017, a Copadubo S/A não teve movimentação, portanto não temos nada a relatar. **Conselho de Administração:** Marcelo Paes, **Presidente do Conselho de Administração. Membros do Conselho de Administração:** Allan Derik Constantino Benkendorf, Everton Hiroyuki Ishii, Massao Yotsumoto, Minoru Ibina, Everaldo Carvalho Vidal.

Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2017

	Nota	Copadubo S/A (Controladora) 2017	Copadubo AutoPeças S/A 2017	Copadubo Serviços de Guincho S/A 2017	Copadubo Transportes e Logística S/A 2017	Consolidado 2017
Ativo						
Ativo Circulante		**6.000,00**	**100,00**	**100,00**	**65.000,00**	**71.200,00**
Caixa	3.1	200,00	100,00	100,00	65.000,00	65.400,00
Bancos	3.1	5.800,00	-	-	-	5.800,00
Aplicações Financeiras		-	-	-	-	-
Clientes		-	-	-	-	-
Créditos de Funcionários		-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores		-	-	-	-	-
Impostos a Recuperar		-	-	-	-	-
Conta Corrente Associados		-	-	-	-	-
Estoques		-	-	-	-	-
Ativo Não Circulante		**65.200,00**	**-**	**-**	**-**	**-**
Investimentos	4.1	65.200,00	-	-	-	-
Imobilizado		-	-	-	-	-
Total do Ativo		**71.200,00**	**100,00**	**100,00**	**65.000,00**	**71.200,00**
Passivo						
Passivo Circulante		**-**	**-**	**-**	**-**	**51.200,00**
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	5.1	51.200,00	-	-	-	51.200,00
Obrigações Sociais		-	-	-	-	-
Obrigações Tributárias		-	-	-	-	-
Outras Obrigações		-	-	-	-	-
Cheques a Compensar		-	-	-	-	-
Adiantamento de Clientes		-	-	-	-	-
Provisões		-	-	-	-	-
Passivo Não Circulante		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Perdas com Investimentos		-	-	-	-	-
Contingência Processo Trabalhista		-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido		**20.000,00**	**100,00**	**100,00**	**65.000,00**	**20.000,00**
Capital Social	6.1	20.000,00	100,00	100,00	65.000,00	20.000,00
Lucro/Prejuízo Acumulado		-	-	-	-	-
Total do Passivo		**71.200,00**	**100,00**	**100,00**	**65.000,00**	**71.200,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto em 31 de dezembro de 2017

	Nota	Copadubo S/A 31/12/2017	Copadubo AutoPeças S/A 31/12/2017	Copadubo Serviços de Guincho S/A 31/12/2017	Copadubo Transportes e Logística S/A 31/12/2017	Consolidado 31/12/2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais						
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-
Ajustes						
Depreciação		-	-	-	-	-
Equivalência Patrimonial Positiva						-
Equivalência Patrimonial Negativa						-
(Aumento) diminuição de ativos						
Clientes		-	-	-	-	-
Créditos a Funcionários		-	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores		-	-	-	-	-
Conta Corrente Associados		-	-	-	-	-
Estoques		-	-	-	-	-
Impostos a recuperar		-	-	-	-	-
Aumento (diminuição) de passivos						
Fornecedores		-	-	-	-	-
Obrigações sociais		-	-	-	-	-
Obrigações tributárias		-	-	-	-	-
Contingência Proc. Trabalhista e Civil		-	-	-	-	-
Outras contas a pagar		-	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento						
Aquisição de imobilizado		-	-	-	-	-
Investimentos		(65.200,00)	-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(65.200,00)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento						
Integralização de capital		20.000,00	100,00	100,00	65.000,00	20.000,00
Empréstimos e financiamentos de curto prazo		51.200,00	-	-	-	51.200,00
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento		**71.200,00**	**100,00**	**100,00**	**65.000,00**	**71.200,00**
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes		**6.000,00**	**100,00**	**100,00**	**65.000,00**	**71.200,00**
Disponibilidades no início do período		-	-	-	-	-
Disponibilidades no final do período	3.1	**6.000,00**	**100,00**	**100,00**	**65.000,00**	**71.200,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patromônio Líquido - Consolidado em 31 de dezembro de 2017

	Nota	Capital Realizado	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido (Consolidado)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores:				
Efeitos da mudança de critérios contábeis		-	-	-
Retificação de erros de exercícios anteriores		-	-	-
Aumento de capital:				
Por subscrição realizada	6.1	20.000,00	-	20.000,00
Reversões de reservas				
De Lucros		-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-
Proposta da administração para destinação do lucro				
Transferências para reservas:		-	-	-
Reserva de lucros		-	-	-
Distribuição de Lucros		-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**20.000,00**	**0,00**	**20.000,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Empresa Copadubo S/A e Suas Controladas (Copadubo Autopeças S/A, Copadubo Serviços de Guincho S/A, Copadubo Transportes e Logística S/A) em 31 de Dezembro de 2017.

1. Contexto Operacional. A Sociedade Anônima Fechada COPADUBO S/A, cadastrada no CNPJ nº 27.918.834/0001-37 está situada na Avenida Gabriel de Lara, 1614, Bairro Industrial, Paranaguá/PR e tem como atividade econômica: Outras Sociedades de Participação. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei nº 6.404/76, atualizados pela Lei nº 11.638/2007. As demonstrações consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e suas controladas. O grupo iniciou suas atividades em 2017 por isso não será exibido comparativo com o exercício de 2016. Não houve receitas nem tampouco receitas em 2017, em função disso não está sendo apresentada a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). A Copadubo S/A é acionista única e, portanto controladora das seguintes empresas: - Copadubo AutoPeças S/A, cadastrada no CNPJ nº 29.132.817/0001-03, situada em Paranaguá/PR que tem como atividade econômica: Comércio a Varejo de Peças e Acessórios Novos para Veículos Automotores; - Copadubo Serviços de Guincho S/A, cadastrada no CNPJ nº 29.292.947/0001-03, situada em Paranaguá/PR, que tem como atividades econômicas: Serviços de Reboque de Veículos, Aluguel de Imóveis Próprios, Gestão e Administração da Propriedade Imobiliária, Aluguel de Outras Máquinas, Atividades de Monitoramento de Sistemas de Segurança Eletrônicos; - Copadubo Transportes e Logística S/A, cadastrada no CNPJ nº 84.943.430/0001-37, situada em Paranaguá/PR, que tem como atividades econômicas: Atividades de Operador Portuário, Transporte Rodoviário de Cargas, Aluguel de Máquinas e Equipamentos, Armazéns Gerais, Carga e Descarga, entre outras. As Demonstrações das empresas investidas estão representadas em forma de colunas, dispostas lado a lado com a controladora, concluindo com o **Demonstrativo Consolidado** que dispõe os valores do grupo (aqui denominado Grupo Copadubo), já eliminando o efeito das participações da controladora em suas controladas. **3. Ativo Circulante.** Os ativos realizáveis até doze meses estão demonstrados como circulantes. **3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa.** A conta caixa e equivalentes de caixa (disponibilidades) do Grupo Copadubo em 31 de dezembro de 2017 para fins de elaboração da DFC e do Balanço Patrimonial está disposta da seguinte maneira:

Composição Disponível Grupo Copadubo	Copadubo S/A (Controladora)	Copadubo Serviços de Guincho S/A	Copadubo Transportes e Logística S/A	Copadubo AutoPeças S/A	Consolidado
Caixa	200,00	100,00	65.000,00	100,00	**65.400,00**
Bancos	5.800,00	-	-	-	**5.800,00**
Total	**6.000,00**	**100,00**	**65.000,00**	**100,00**	**71.200,00**

4. Ativo Não Circulante. 4.1. Investimentos. Os investimentos da companhia são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial e estão detalhados abaixo.

Nome da controlada	Participação (%)	Participação inicial 2017 (R$)
Copadubo AutoPeças S/A	100%	100,00
Copadubo Serviços de Guincho S/A	100%	100,00
Copadubo Transportes e Logística S/A	100%	65.000,00

5. Passivo Circulante. O passivo a curto prazo, com vencimento até doze meses, está demonstrado no balanço como circulante. **5.1. Empréstimos.** Representam empréstimos adquiridos junto a Cooperativa Mista e Transportes de Fertilizantes, Sal Corrosivos e Derivados do Litoral ao Grupo Copadubo S.A. **6. Patrimônio Líquido. 6.1. Capital Social.** O Capital Subscrito e Integralizado da Controladora **Copadubo S/A e grupo** em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 20.000,00. O Capital Social das empresas investidas representa o investimento inicial da Copadubo S/A por isso é desconsiderado no Balanço Consolidado.

Presidente	Diretor Administrativo	Diretor Operacional	Responsável Técnico
Marcelo Paes	**Erick Gonçalves dos Santos Couto**	**Danilo Martins De Souza**	**Ilisor Luis Moletta**
CPF: 028.857.289-06	CPF: 050.893.319-60	CPF: 030.546.149-48	CRC: PR 031784/O-0

16020/2019

ANGELUS seguros

ANGELUS SEGUROS S/A.

CNPJ nº 18.133.809/0001-57
CURITIBA-PR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, De acordo com as exigências legais e estatutárias submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Angelus Seguros S/A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

milhões são 12% superiores a 31 de dezembro de 2017, R$ 35.577,6 milhões, refletindo o crescimento dos negócios. A administração tem implementado programas de melhoria continua em processos e controles de subscrição, gestão de risco e eficiência operacional, bem como reforçando a estrutura organizacional e sistêmica. Diante da expectativa de breve retorno, a empresa manteve seus investimentos objetivando estar entre as mais reconhecidas em termos de qualidade e agilidade nesta atividade, criando condições de crescimento sustentável ao longo

acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre o lucro líquido ajustado. Não houve e nem há pretensão, por parte da Administração, de proposta de dividendos que supere os dividendos mínimos obrigatórios. O Estatuto da Sociedade prevê que o lucro excedente, não constituído em reservas específicas e não destinados pela Assembleia, será convertido em Reserva Complementar para futuro aumento de capital.

Declaração sobre a capacidade financeira: A Companhia, por força da regulação da SUSEP

Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Descrição dos negócios: A Seguradora tem por objeto a operação em seguros do ramo pessoas em qualquer uma de suas modalidades ou formas. Atualmente trabalha com Seguro de Acidentes pessoais e vida em grupo. A Companhia faz parte do Consórcio DPVAT, com direito de recebimento de repasses relativos a reembolso de tributos e pagamento relativo ao resultado de sua participação, contabilizados nos moldes da Lei. Possui ainda a atividade de Regulação de Sinistros do DPVAT, que é reembolsada pela Seguradora Líder e compõe parte das receitas auferidas pela Sociedade. Em expansão, a empresa está aumentando o portfólio de seus produtos e regiões de atuação.

Comentários sobre a conjuntura atual: A Administração monitora o mercado de atuação com vista ao aproveitamento das melhores oportunidades, alinhadas a estratégia de negócios da Companhia. Há potencial de expansão a partir do primeiro semestre de 2019 através dos canais de distribuição atuais e novos que estão sendo identificados. Todo o aparato regulatório da atividade é acompanhado com muita responsabilidade e controle. A Seguradora garante a cobertura dos riscos que assume por meio de reservas constituídas e alto nível de liquidez financeira, mantendo suas aplicações com rendimento compatível com as melhores práticas do mercado e com política de menor risco assumido.

Desempenho: Os prêmios emitidos no valor de R$ 10.478 milhões, representam um crescimento de 33% em relação a 31 de dezembro de 2017, e refletem o bom desempenho das carteiras de DPVAT e Seguro de Acidentes Pessoais Coletivo. Os ativos totais no montante de R$ 39.961,2 dos próximos anos. O lucro do exercício, de R$ 1.165,9 milhões foi 7% melhor que o exercício anterior que apresentou lucro de R$ 1.089 mil. O resultado foi afetado, principalmente, pela menor sinistralidade (68% em 2018 versus 79% em 2017) e pelas despesas administrativas necessárias para suportar o crescimento dos negócios (27% em 2018 versus 29% em 2017). Os resultados da Seguradora Líder (repasses de lucros relativos as apurações mensais), tem relativa importância na composição dos resultados da Companhia. Com relação a essa receita, a Angelus busca os melhores meios de se manter informada e atualizada dos procedimentos da Seguradora Líder que possam impactar nos resultados auferidos e, em consequência, afetar os resultados da Seguradora. Em 29/01/2018, a Angelus recebeu 50% do resultado operacional de 2017. A partir deste ano, 100% do resultado operacional que cabe à companhia, está sendo distribuído dentro do próprio mês de apuração. A Seguradora mantém sob absoluto controle a sua situação financeira, mantendo-se sempre em conformidade com as normas aplicáveis. Os resultados apresentados foram considerados em todo o planejamento da empresa e os casos não benéficos serão ajustados. Os estudos da Sociedade dão conta de cenários futuros promissores.

Perspectivas: A administração espera um crescimento das operações nos próximos anos, sustentável através de eficiência operacional, amplitude e qualificação dos nossos canais de distribuição, expansão territorial, melhoria dos processos de subscrição e gestão de sinistros e gastos administrativos.

Políticas relativas aos lucros apurados: De acordo com o estatuto são assegurados aos - Superintendência de Seguros Privados, precisa garantir condição financeira compatível com os riscos assumidos, podendo para tal fazer investimentos que capitalizam ao máximo suas sobras financeiras, dentro da melhor política de risco-retorno. A Seguradora possui aplicações financeiras da modalidade CDB, remuneradas diariamente a taxa pré-fixada de 94% do CDI e liquidez imediata. Apenas essa aplicação já tem dado conta de garantir sua condição de equilíbrio financeiro. A Seguradora possui ainda investimentos em títulos do tesouro IPCA NTN-B 2019 e 2022 e LFT 2024, que são utilizados como ativos garantidores das provisões técnicas. Os demais investimentos acusados nas demonstrações referem-se a cota parte proporcional na participação do Consórcio DPVAT, este responsável pela gestão de tais ativos e cumprimento das normas cabíveis, emanadas pela SUSEP.

Recursos Humanos: A Angelus Seguros S/A. sabe que está no quadro de colaboradores o seu grande diferencial, por isso tem mantido programas permanentes de desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Agradecimentos: Queremos agradecer os senhores acionistas, clientes, segurados e corretores pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, às autoridades da SUSEP e demais ligadas as nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação durante este exercício.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2019

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		**34.192**	**34.960**
Disponível	4-c,5	**195**	**117**
Caixa e bancos	4-c,5	195	117
Aplicações	4-c, 6	**33.794**	**34.717**
Títulos de renda fixa		512	4.747
Quotas de fundos de investimentos		33.282	29.970
Créditos das operações com seguros	4-c,7	**118**	–
Prêmios a receber	7	118	–
Outros créditos operacionais		**75**	**113**
Títulos e créditos a receber	4-c	**10**	**13**
Créditos tributários e previdenciários		10	12
Outros créditos		–	1
Ativo não circulante		**5.769**	**618**
Realizável a longo prazo		**5.495**	**315**
Aplicações	4c,6	**5.495**	**315**
Investimentos	4-c	**144**	**78**
Participações Societárias		144	78
Imobilizado	9	**57**	**101**
Bens móveis		160	111
Outras imobilizações		100	73
Depreciação		(203)	(83)
Intangível	9	**73**	**124**
Outros intangíveis		73	124
Total do ativo		**39.961**	**35.578**

Passivo	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		**34.187**	**30.687**
Contas a pagar	**4-c**	**652**	**497**
Obrigações a pagar	12	395	304
Impostos e encargos sociais a recolher		7	13
Encargos trabalhistas		69	95
Impostos e contribuições	11	174	84
Outras contas a pagar	12	7	1
Débitos de operações com seguros	**4-c**	**83**	**151**
Outros débitos operacionais		83	151
Provisões técnicas – seguros	**4-c,10**	**33.452**	**30.039**
Danos		33.258	29.930
Pessoas		194	109
Patrimônio liquido	**13**	**5.774**	**4.891**
Capital social	13	3.446	3.446
Reservas de lucros	13	2.320	1.445
Ajustes de avaliação patrimonial		7	-
Total do passivo		**39.961**	**35.578**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios emitidos	14	**10.478**	**7.892**
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	14	(119)	(25)
(=) Prêmios ganhos	14	**10.359**	**7.867**
(+) Receita com emissão de apólices	14	994	643
(-) Sinistros ocorridos	14	(7.090)	(6.183)
(-) Custo de aquisição	14	(192)	(116)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	14	1.041	1.992
(-) Despesas administrativas	14	(2.839)	(2.252)
(-) Despesas com tributos	14	(549)	(496)
(+) Resultado financeiro	14	446	454
(+/-) Resultado Patrimonial		42	19
(=) Resultado operacional		**2.212**	**1.928**
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(26)	–
(=) Resultado antes dos impostos e participações	15	**2.186**	**1.928**
(-) Imposto de renda	15	(520)	(438)
(-) Contribuição social	15	(435)	(369)
(-) Participações sobre o lucro		(66)	(33)
(=) Prejuízo / Lucro líquido	13	**1.166**	**1.089**
(/) Quantidade de ações	13	689.110	689.110
(=) Prejuízo / Lucro líquido por ação – R$	13	**1,69**	**1,58**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de Lucros	Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 de dezembro de 2016		**3.446**	**615**	**–**	**–**	**4.061**
Resultado Líquido do Período	13a	–	–	–	1.089	1.089
Rerserva Legal	13a	–	830	–	(830)	–
Dividendos		–	–	–	(259)	(259)
SALDOS EM 31 de dezembro de 2017		**3.446**	**1.445**	**–**	**–**	**4.891**
Resultado Líquido do Período		–	–	–	1.166	1.166
Rerserva Legal		–	874	–	(874)	–
Dividendos	13a	–	–	–	(290)	(290)
Títulos e valores mobiliários		–	–	7	–	7
SALDOS EM 31 de dezembro de 2018		**3.446**	**2.319**	**7**	**1**	**5.774**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Lucro / Prejuízo do exercício		**1.166**	**1.089**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	6-c	7	–
Imposto de renda e contribuição social sobre componentes de outros resultados abrangentes		–	–
		(3)	**–**
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidas de impostos		**–**	**–**
Total do resultado abrangente do exercício, líquidas de impostos		**1.170**	**1.089**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo / Lucro líquido do exercício	**1.166**	**1.089**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	30	21
	1.196	**1.110**
Variações nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(4.257)	(15.114)
Crédito das operações de seguros	(118)	60
Créditos fiscais e previdenciários	–	68
Outros Créditos Operacionais	38	–
Outros Ativos	3	7
Outras contas à pagar	66	(25)
Impostos e contribuições	90	(149)
Débitos das operações com seguros	(68)	85
Provisão técnicas – seguros	3.413	14.171
Caixa gerado / consumido nas atividades operacionais	363	212
Atividades de Investimentos		
Recebimento pela Venda:		
Investimentos	–	2
Pagamento pela Compra:		
Investimentos	(66)	(19)
Imobilizado	37	(45)
Intangível	29	(50)
Caixa líquido consumido nas atividades investimento	**363**	**100**
Atividades de Investimentos		
Recebimento pela Venda:		
Outros	–	(65)
	7	–
Caixa líquido consumido nas atividades investimento	**370**	**36**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**78**	**35**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	117	82
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	195	117
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**78**	**35**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Angelus Seguros S/A. (doravante "Seguradora" ou "Companhia"), com sede e foro na Avenida Candido de Abreu, 470, Conjuntos 2306 e 2307, Centro Cívico - Curitiba (PR) é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo código civil, como que determina o artigo 2.031, da Lei nº10.406, de 10 de janeiro de 2002, e em regência supletiva pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, sendo este regramento adotado nesta ordem sucessiva e ainda no que forem aplicáveis as normas das sociedades simples, definidas no artigo 997 e seguintes da Lei nº10.406/2002, permanecendo com prazo de duração indeterminado. A sociedade tem por objeto social: Seguros do Ramo Pessoas, autorizada a operar na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 8ª Regiões, compreendendo os estados: Amapá, Pará, Acre, Rondônia, Amazonas, Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 14.12.2018 a sociedade protocolou junto a SUSEP AGE solicitando aprovação para operar em Seguro de Danos nas regiões 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 8ª Regiões, compreendendo os estados: Amapá, Pará, Acre, Rondônia, Amazonas, Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por seu objeto social, a sociedade deve respeito a todas as normas emanadas pelo órgão regulador Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, lhe prestando informações conforme normas em vigor. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Seguradora em reunião realizada dia 20 de fevereiro de 2019. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade**: Em 30 de julho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 517 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015. Esta Circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga a Circular SUSEP nº 508/15. Em 24 de novembro de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 521 alterando parcialmente a Circular nº 517/15 em relação ao capítulo II -Gestão de Riscos. Em 27 de dezembro de 2017, a SUSEP emitiu a Circular nº 544 alterando parcialmente a Circular nº 517/15 em diversos aspectos, produzindo efeitos relativo aos procedimentos contábeis a partir de 1° de janeiro de 2017. Esta Circular homologa os critérios estabelecidos na Interpretação Técnica ICPC 19 e 20; e as Revisões dos Pronunciamentos Técnicos nº.1,2,3,4,5,6,7 e 8 emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em 22 de dezembro de 2017, a SUSEP emitiu a Circular n° 561 alterando parcialmente a Circular n° 517/15,em relação ao Plano de Solvência e de Liquidez, e em relação ao CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente. Em 17 de agosto de 2018, a SUSEP emitiu a Circular n° 575 alterando parcialmente a Circular n° 517/15,em relação aos critérios e prazos relativos a Base de dados de perdas operacionais e alterações e definições para Registros dos direitos a salvados e ressarcimentos. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 com as alterações vigentes na Circular nº 521/15, 544/16, 561/17 e 575/18; os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". **2.2. Comparabilidade**: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 517/15 e suas posteriores alterações. Efetuamos a comparabilidade das contas patrimoniais e as contas de resultado em 31 de dezembro de 2018 com o período findo imediatamente precedente, ou seja: 31 de dezembro de 2017. **2.3. Base para mensuração**: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, de instrumentos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, a avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos. **2.4. Moeda funcional**: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera e arredondados em milhares (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Continuidade**: A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. As estimativas são estabelecidas a partir de julgamentos e estudos referentes a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir das estimativas iniciais em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas são revistas pelo menos a cada data de balanço. **2.6. Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis**: Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros: O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e se utiliza de estimativas é na constituição dos passivos de seguros que envolvem diversas incertezas. A Seguradora se utiliza de diversas formas de avaliação que podem influenciar a tomada de decisão sobre a melhor estimativa do valor de liquidação dos sinistros. Os valores provisionados podem diferir dos valores a serem pagos posteriormente. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares, ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Se houver ajustes, estes são efetuados semestralmente, por ocasião da publicação de balanço. Estimativas utilizadas para cálculo dos créditos tributários: Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para sua realização. Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço. **2.7. Segregação entre circulante e não circulante**: A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. **2.8. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora**: As seguintes normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **IFRS 9/ CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com entrada em vigor em 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento. • **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Entrada em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento. • **IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entrará em vigor nos semestres iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3. Resumo das principais práticas contábeis**: As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento na data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. b) Apuração do resultado operacional: Os prêmios de seguros e cosseguros, e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o transcorrer da vigência do risco. Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição são registrados pelo seu valor futuro, deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras quando aplicável. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial (NTA). As operações de cosseguro são contabilizadas com base nos contratos firmados com as congêneres. As despesas são reconhecidas quando incorridas conforme o período de competência. No caso do fornecimento de produtos, a Seguradora reconhece esse gasto como despesa quando tiver a posse ao que foi adquirido. No caso do fornecimento de serviços, a Seguradora reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços. c) Ativos financeiros: Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes: i. *Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado*: Ativos financeiros designados no momento da aquisição, com a intenção de negociação ativa e frequente. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Seguradora, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. *Determinação do valor justo*: O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP-Câmara de Custódia.

Continua>>>

ii.*Títulos mantidos até o vencimento*: Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. iii. *Títulos disponíveis para venda*: Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições anteriores. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título. Seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários. iv. *Empréstimos e recebíveis*: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a contratos vigentes da Companhia são estruturados no Regime Financeiro de Repartição Simples. Para o cálculo do referido teste, foram utilizadas premissas atuais, realistas e não tendenciosas condizentes com a realidade dos contratos e certificados vigentes da Companhia, sendo desconsideradas renovações automáticas e novas vendas. Para as estimativas de sinistros do ramo 0982, considerou-se a experiência da população brasileira relacionada à cobertura de Morte Acidental (MA), com base nos dados disponibilizados pelo censo demográfico do IBGE e pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade do CGIAE (SIM/CGIAE), uma vez que a Companhia não constitui até o momento histórico de sinistros em volume que viabilize estimativas próprias de sinistralidade deste ramo. Para o ramo 0993, os sinistros futuros relacionados à cobertura de Morte Qualquer Causa foram estimados a partir da aplicação da tábua de mortalidade BR-EMSmt 2015 segregada por sexo, considerando-se, ainda, os dados de família média conforme Síntese de Indicadores Sociais (SIS) disponibilizado pelo IBGE em 2016, para as coberturas de cônjuge e filhos. Para as despesas administrativas, buscando incorporar de forma realista as estimativas correntes dos fluxos de caixa, estabeleceu-se o critério de alocação conforme a utilização de cada ramo, considerando ainda suas despesas mínimas para operação. Assim, as estimativas de despesas administrativas foram realizadas a partir das despesas incorridas da Companhia, de ou mais agências classificarem o mesmo papel, a Seguradora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora. A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada à política de investimento definida. O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em preços cotados em mercado ativo na data de balanço. Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31 de dezembro de 2018:

Classificação	AA-	Sem rating	Valor contábil
Caixa e bancos	–	195	195
Públicos	692	–	692
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	158	–	158
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	534	–	534
Privados	5.315	–	5.315
Certificado de depósitos bancários (CDB)	5.315	–	5.315
Fundos			
Quotas de fundos de investimentos	–	33.282	33.282
Exposição máxima ao risco de crédito	6.007	33.477	39.484

necessidade de eventuais ajustes por reduções ao valor recuperável. d) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo, é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável), nos ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada com base na Circular SUSEP nº 544/16 -Art.6º parágrafo 3º que determina a provisão para redução ao valor recuperável dos prêmios a receber vencidos a mais de 60 dias, com adição da totalidade dos valores a receber referente a mesma contraparte. e) Custos de aquisição diferidos: Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que as respectivas receitas serão ganhas. f) Ativo imobilizado e imóveis destinados a renda: Os ativos imobilizados são mensurados ao valor de custo menos amortização acumulada, e, quando aplicável, redução pelo seu valor recuperável. g) Ativo imobilizado e imóveis destinados a renda-continuação: Custos incorridos após a aquisição são ativados e reconhecidos como um ativo, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam revertidos à Seguradora, e o custo é razoavelmente determinável. Outras despesas com reparos e manutenção de imobilizado são reconhecidas no resultado do período. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e os seguintes períodos de vida útil estimada são determinados em cada grupo de ativo:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	% por ano
Móveis e utensílios	10 anos	10% a.a
Veículos	5 anos	20% a.a
Equipamentos	5 anos	20% a.a
Outras Imobilizações	5 anos	20% a.a

A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. h) Ativo intangível: Ativos intangíveis incluem o valor de softwares adquiridos de terceiros. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são avaliados por ocasião do reconhecimento inicial ao custo. Após o reconhecimento inicial, os ativos são mantidos ao custo, líquidos de amortização e perdas pelo valor recuperável acumulados. A amortização é calculada usando o método linear, no prazo de cinco anos. A Seguradora realiza a compra de exclusividade do canal de venda para estipulantes comercializarem seus produtos. Estes contratos estão sendo contabilizados pela Seguradora em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível. O valor do desembolso financeiro atribuível para acesso a exclusividade do canal de venda é amortizada ao longo do período em que as respectivas receitas são ganhas. i) Contratos de seguros: As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de seguros, referendado pela Circular nº 517/15 e suas posteriores alterações. A Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. j) Operações de arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil ("leasing") são classificados em dois grandes grupos: "leasing" operacional e "leasing" financeiro. O fator determinante para essa classificação, conforme CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil, é justamente a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem. k) Passivo circulante e não circulante: Representado por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pró-rata die") incorridas até a data-base das demonstrações financeiras. l) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável no exercício excedente a R$ 240; e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Em 06 de outubro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.169/15, alterando a alíquota da CSLL de 15% para 20% no período de 01/09/2015 à 31/12/2018. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende aos impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto à pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos à pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. m) Avaliação de passivos originados de contratos de seguros: As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, e são assim resumidas: i. *Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)*: A PPNG é constituída pela parcela de prêmio e das despesas de comercialização, líquidas de cosseguro, correspondente ao período de risco a decorrer, calculado pelo método "pró-rata die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A PPNG passou a considerar como data base para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência do risco, seguindo as definições contidas na Circular SUSEP n° 517/15 e suas posteriores alterações. ii. *Provisão de Prêmios não Ganhos para Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG – RVNE)*: A PPNG-RVNE, para os ramos 0195 e 0524 é calculada por método estatístico que se utiliza de triângulos de "run-off" dos prêmios retidos dessas carteiras da Seguradora e o intervalo médio de tempo transcorrido entre o início de vigência do seguro e a data de emissão da apólice. Para os demais ramos a Seguradora utiliza a metodologia estabelecida pela Circular SUSEP n° 517/15 e suas posteriores alterações. iii. *Provisão de Sinistros à liquidar (PSL)*: A PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis determinadas com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão de sinistros à liquidar administrativa é destinada à cobertura dos valores à pagar dos sinistros ocorridos e avisados até a data base das demonstrações financeiras, sendo constituída com base nas notificações de sinistros, caso a caso. A provisão de sinistros à liquidar judicial é reavaliada periodicamente e contabilizada com base na opinião do departamento jurídico sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda em fatores obtidos a partir do histórico da Seguradora, calculados levando em consideração a probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e a natureza do processo judicial. iv. *Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR)*: Para os ramos de garantia estendida – automóveis, extensão de garantia patrimonial e prestamista individual; o IBNR é calculada de acordo com a metodologia prevista em nota técnica atuarial. Para os demais ramos, o cálculo foi realizado segundo o disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e suas posteriores alterações. *v. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)*: O IBNER é um ajuste agregado dos sinistros avisados e não pagos. Após análise dos fluxos de avisos e pagamentos de sinistro efetuados pela Seguradora, realizada através de metodologia estatística de triângulos de "run-off", a Seguradora não identificou a necessidade de constituição desta provisão. vi. *Provisão Complementar de Cobertura (PCC)*: Deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. vii. *Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)*: Deve ser constituída para a cobertura dos valores esperados relativos as despesas relacionadas a sinistros. n) Teste de Adequação dos Passivos - TAP (LAT - Liability Adequacy Test): Semestralmente, a Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos, conforme requerido pelo CPC11, visando determinar se os passivos registrados atualmente estão adequados às obrigações decorrentes de todos os contratos e certificados de planos de seguro vigentes, conforme estimativa de desembolsos futuros decorrentes dessas obrigações. O TAP de 31/12/2018 foi realizado considerando metodologia baseada na estimativa corrente dos fluxos de caixa até a extinção das obrigações assumidas, deduzindo os custos de aquisição diferidos diretamente relacionados, e incluindo as despesas relacionadas aos sinistros, sendo que todos os forma que se estima que o atual nível de despesas mantenha-se constante até o final de vigência das apólices atuais. A partir disso, o critério de alocação entre os ramos 0982, 0993 e a regulação de sinistros do DPVAT, observou as despesas administrativas de Front Office e de Back Office. As despesas com tributos foram alocadas conforme distribuição de despesas administrativas por ramo. As despesas comerciais futuras foram apuradas conforme os percentuais contratualmente estabelecidos nas condições comerciais de cada apólice vigente. As estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros foram descontadas a valor presente com base no modelo de Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ) livres de risco no Brasil, estimada por meio de metodologia desenvolvida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Como conclusão do Teste de Adequação de Passivos, realizado em conformidade ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015, em 31 de dezembro de 2018 não foram identificadas insuficiências de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro referentes aos seguros de Pessoas da Angelus Seguros S.A. o) Outras provisões e passivos contingentes: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido parà liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, com exceção das contingências relacionados a sinistros em que a Seguradora segue as estimativas conforme previsto no CPC 11 e Circular SUSEP nº 517/15 e suas posteriores alterações. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente, resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. p) Avaliação de ativos e passivos: Um passivo é reconhecido no balanço quando a Seguradora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros são gerados em favor da Seguradora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. q) Resultado por ação: O resultado do exercício em 2018 é um lucro de R$ 1.166 (lucro de R$ 1.089 em 2017), obtendo um lucro líquido por ação de R$ 1,69 (lucro de R$ 1,58 em 2017). **4. Política de gerenciamento de riscos**: A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de capital; • Risco financeiro. Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas. A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. a) Risco de subscrição de seguro: O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarifação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada. **(a)** Mitigadores do risco de aceitação do produto - O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é acompanhado em estrutura que proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de brechas que comprometam sua adequada identificação e mensuração. O monitoramento dos nossos produtos permite acompanhar e adequar quando necessário às tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos. **(b)** Mitigadores do risco de subscrição - o risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde tenha a possibilidade de ocorrer sinistro, incerteza sobre o valor da indenização. O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que vai contra as expectativas da Companhia no momento da política de subscrição no que se refere as incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas. **(c)** Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes - como forma de mitigar o risco de efetuar provisões insuficientes, o Teste de Adequação de Passivo (TAP) realizado em 31 de dezembro de 2018 possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. **Sensibilidade ao risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data de balanço. Como fator de risco foi eleita a sinistralidade. Simulamos como uma elevação de 25% na sinistralidade da carteira teria impactado no Patrimônio Líquido e no resultado do exercício:

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 2018
Sinistralidade	Diminuição de 25%	36
Sinistralidade	Aumento de 25%	(36)

O impacto no resultado após os impostos é de 3,42 % e sobre o patrimônio líquido de 0,61% em 31 de dezembro de 2018.

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 2017
Sinistralidade	Diminuição de 25%	5
Sinistralidade	Aumento de 25%	(5)

O impacto no resultado após os impostos é de 0,7 % e, sobre o Patrimônio Líquido é de 0,1 % em 31 de dezembro de 2017. b) Risco financeiro: i. *Risco de crédito*: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidas. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Para o controle e avaliação do risco de crédito, a Seguradora utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no país. Se duas ii. *Risco de liquidez*: A política de risco de liquidez estabelece a avaliação e a determinação do que constitui esse tipo de risco para a Seguradora. A conformidade com a política é monitorada, e exposições e transgressões são apresentadas para a Administração. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente.

	31/12/2018		
Ativos financeiros	**Até um ano**	**1 – 5 anos**	**Valor contábil**
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	692	692
Caixa e equivalentes de caixa	195	–	195
Crédito das operações de seguros	118	–	118
Títulos e créditos a receber	10	–	10
Total de ativos financeiros	**323**	**692**	**1.015**
Passivos financeiros	**Até um ano**	**1 – 5 anos**	**Valor contábil**
Débitos de operações de seguros	83	–	83
Contas à pagar e outros valores à pagar	362	–	362
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	71	–	71
Total de passivos financeiros	**516**	**–**	**516**

Gerenciamento do risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. iii. *Risco de mercado*: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. **Taxa de juros**: Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos e títulos privados indexadas à variação do CDI e selic. **Sensibilidade à taxa de juros**: Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, teriam impactado no Patrimônio Líquido e resultado em 31 de dezembro de 2018:

Classe de ativo	Variação das premissas	Impacto sobre o Patrimônio Líquido – 31/12/2018	Impacto sobre o Patrimônio Líquido – 31/12/2017
Ativos pré–fixados – Privados	Aumento de 2,5% na taxa SELIC	1	–
Ativos pré–fixados – Privados	Redução de 2,5% na taxa SELIC	(1)	–
Ativos pós fixados – Públicos	Aumento de 2,5% na taxa SELIC	4	–
Ativos pós fixados – Públicos	Redução de 2,5% na taxa SELIC	(4)	–

iv. *Gerenciamento de capital*: O gerenciamento de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Capital Mínimo Requerido conforme a Resolução CNSP n° 321/15 e 360/17. Nos termos da Resolução CNSP nº 360/17 o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram o capital regulatório, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização do mesmo. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na nota explicativa 10-e, com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

5. Disponível	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	–	–
Banco	195	117
Total de caixa e equivalentes de caixa	**195**	**117**

6. Aplicações: a) Composição dos títulos e valores mobiliários

	31/12/2018				
Valor Classificação do Título	**Valor Mercado**	**Valor Curva**	**Valor MTM**	**Representatividade (%)**	**Indexador**
Títulos disponíveis para negociação					
LFT	158	158	–	100%	SELIC
Total LTN	**158**	**158**	**–**	**100,0%**	
NTN-B	106	105	1	19,9%	SELIC
NTN-B	55	54	1	10,3%	SELIC
NTN-B	55	54	1	10,3%	SELIC
NTN-B	106	105	1	19,9%	SELIC
NTN-B	212	209	3	39,7%	SELIC
Total NTN-B	**534**	**527**	**7**	**100,0%**	
Fundos de investimentos - DPVAT	33.282	33.282	–	84,7%	
Certificado de Depósito Bancário	297	297	–	0,8%	CDI
Certificado de Depósito Bancário	2	2	–	0,0%	CDI
Certificado de Depósito Bancário	5.016	5.016	–	12,8%	CDI
Total	**39.289**	**39.289**	**–**		
Circulante	**33.794**				

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro, foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimentos, nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos classificados como disponível para venda, foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro 2018 e 2017, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. b) Estimativa de valor justo: A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo, é realizada com base nos seguintes critérios: • Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo dos ativos financeiros por níveis:

		31/12/2018						
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	**Nível**	**Sem Vencimento/De 1 a 30 dias**	**De 31 a 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**	**Custos mais Rendimentos**	**MTM**
LFT	1	–	–	–	158	158	158	–
NTN–B	1	–	216	–	318	534	527	7
Fundos de investimento - Abertos	2	33.282	–	–	–	33.282	33.282	–
Certificado de Depósitos Bancários	2	–	–	297	5.018	5.315	5.315	–
Total		**33.282**	**216**	**297**	**5.494**	**39.289**	**39.282**	**7**
		31/12/2017						
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	**Nível**	**Sem Vencimento / De 1 a 30 dias**	**De 31 a 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**	**Custos mais Rendimentos**	**MTM**
NTN–B	1	–	–	315	–	315	–	315
Fundos de investimento - Abertos	2	29.970	–	–	–	29.970	–	29.970
Certificado de Depósitos Bancários	2	–	–	4.747	–	4.747	–	4.747
Total		**29.970**	**–**	**5.062**	**–**	**35.032**	**–**	**35.032**

c) Movimentação das aplicações financeiras: Apresentamos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro 2017 e 2018:

Disponíveis para venda	Saldo em 31/12/2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Resultado na venda	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2018
LFT	–	155	–	3	–	158
NTN–B	315	198	21	35	7	534
Certificado de Depósitos Bancários	4.747	300	30	298	–	5.315
Subtotal	**5.063**	**654**	**51**	**335**	**7**	**6.007**
Fundos de investimento – Abertos (DPVAT)	29.970	3.535	2.296	2.073	–	33.282
Total	**35.033**	**4.189**	**2.347**	**2.409**	**7**	**39.289**

i) *Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas*: Os ativos garantidores das provisões técnicas estão compostos por títulos públicos de renda fixa, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Total das provisões técnicas	194	109
Total a ser coberto	**194**	**109**
Ativos dados em garantia das provisões técnicas	692	315
Títulos de renda fixa - públicos	692	315
Suficiência - $	**498**	**206**
Suficiência - %	**356,7%**	**189,0%**
20% CR' p liquidez	124	87
Ativos líquidos	498	206
Liquidez em relação ao CR'	**374**	**119**
	80,2%	**47,2%**

Não há valor de superávit de fluxos de prêmios não registrados apurado no TAP. ii) *Instrumentos financeiros derivativos*: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não haviam contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos.

7. Prêmios a Receber: a) Detalhamento dos prêmios a receber por ramo:

31/12/2018	A vencer
Ramos	0 - 30 dias*
0982 – Acidentes Pessoais – Coletivo	101
0993 - Vida em Grupo	17
Total Geral	**118**

(*) A composição dos Prêmios a Receber é composta exclusivamente por Prêmios de Riscos Vigentes e Não Emitidos – RVNE

Continua>>>

continuação

ANGELUS SEGUROS S/A. - CNPJ nº 18.133.809/0001-57

b) Movimentação dos prêmios a receber	31/12/2018
Saldo em 31 de dezembro 2017	
(+) Prêmios emitidos	1.899
(+) IOF	68
(-) Recebimento	(1.849)
Saldo em 31 de dezembro 2018	**118**

8. Títulos e créditos a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber - DPVAT	75	113
	75	**113**

9. Imobilizado e intangível

As tabelas abaixo apresentam a conciliação da movimentação do ativo imobilizado e intangível por grupo:

Imobilizado							
Descrição	**Saldo residual 31/12/2017**	**Aquisições**	**Baixas**	**Despesa Depreciação**	**Saldo residual 31/12/2018**	**Custo Total 31/12/2018**	**Depreciação Acumulada 31/12/2018**
Móveis e utensílios	22	11	(11)	(17)	5	–	(17)
Equipamentos	35	4	(6)	(12)	21	–	(29)
Outras imobilizações	44	47	(11)	(47)	33	–	(47)
Total	**101**	**62**	**(28)**	**(76)**	**59**	**–**	**(93)**

Intangível							
Descrição	**Saldo residual 31/12/2017**	**Aquisições**	**Baixas**	**Despesa Amortização**	**Saldo residual 31/12/2018**	**Custo total 31/12/2018**	**Amortização acumulada 31/12/2018**

14. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado: a) Prêmios emitidos

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios emitidos	10.360	7.892
Prêmios – Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)	118	–
Total – Prêmios emitidos	**10.478**	**7.892**
b) Variação das provisões técnicas de prêmios		
Provisão de Prêmios Não Ganhos (RVNE)	(81)	(36)
Provisão de Despesas Administrativas (PDA)	(32)	11
Provisão de Excedente Técnico (PET)	(5)	–
Total – Variação das provisões técnicas de prêmios	**(119)**	**(25)**
c) Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(5.151)	(6.134)
Despesas com sinistros	(2.127)	–
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	188	–
Total – Sinistros ocorridos	**(7.090)**	**(6.134)**

Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Software	74	23	(25)	(33)	39	–	(36)
Intangível	52	–	–	20	32	–	(32)
Outros Intangíveis	1	–	–	–	1	–	(2)
Total	**127**	**23**	**(25)**	**(53)**	**72**	**–**	**(70)**

10. Provisões técnicas de seguros e custos de aquisição diferidos: a) Detalhamento das provisões técnicas por ramo - seguros

Ramos	**Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG**		**Sinistros à Liquidar – PSL**		**Provisão de Despesa Relacionada – PDR**		**Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados – IBNR**		**Provisão de Excedente Técnico – PET**	
Danos	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0588 - DPVAT	–	–	3.601	3.914	138	167	29.520	25.849	–	–
Total curto prazo	**–**	**–**	**3.601**	3.914	**138**	167	**29.520**	25.849	**–**	**–**
Pessoas										
0982 - Acidentes pessoais - coletivo	101	32	10	20	–	–	20	39	5	–
0993 - Vida em grupo	17	4	25	8	–	–	17	7	–	–
Total curto prazo	**118**	36	**35**	28	**–**	**–**	**37**	46	**5**	**–**
Total	**118**	36	**3.636**	3.942	**138**	167	**29.557**	25.895	**5**	**–**

b) Movimentação das provisões técnicas: As tabelas a seguir apresentam a movimentação das provisões técnicas para o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2018.

	31/12/2018				
	Provisão para prêmios não ganhos – PPNG	**Provisão de sinistros a liquidar – PSL**	**Provisão de Despesa Relacionada – PDR**	**Sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**	**Custo de aquisição diferidos – DAC**
Saldo do Inicio do Periodo	**36**	**3.941**	**167**	**25.895**	**–**
Constituição/Reversão	81	–	(29)	3.662	5
Aviso de sinistro– Constituições e Reversões	–	5.002	–	–	–
Pagamento de sinistro/beneficios	–	(5.101)	–	–	–
Cancelamento	–	(206)	–	–	–
Saldo Final do Período	**118**	**3.636**	**138**	**29.556**	**5**

c) Desenvolvimento de sinistros: As tabelas a seguir apresentam a atual estimativa do desenvolvimento dos sinistros ocorridos, comparada com as correspondentes estimativas dos anos anteriores. Apresentamos o desenvolvimento dos sinistros que apresentam conjuntamente uma sobra acumulada de 100% em relação a 2017, e uma sobra de 88% em relação a 2018. Considerando o pouco tempo de operação, é esperada uma volatilidade inicial no desenvolvimento dos sinistros.

	Valores brutos de judiciais	
Ano de ocorrência	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Incorrido + IBNR		
até a data base	225.697,92	95.040,79
um ano mais tarde	0	0
dois anos mais tarde	0	0
três anos mais tarde	0	0
três anos e meio mais tarde	0	0
Em 31 de dezembro de 2018	**225.697,92**	**95.040,79**
Pago acumulado		
até a data base	136.041,90	22.000,00
um ano mais tarde	27.500,00	0
dois anos mais tarde	0	0
três anos mais tarde	0	0
três anos e meio mais tarde	0	0
Em 31 de dezembro de 2018	**163.541,90**	**22.000,00**
Provisão de sinistros		
Em 31 de dezembro de 2018	**70.958,10**	**73.077,98**
Sobra acumulada	**62.156,02**	**73.040,79**
% sobra acumulada	**88%**	**100%**

11. Impostos, contribuições e encargos sociais: a) Impostos e contribuições e encargos socias à recolher: A descrição dos impostos e contribuições da Seguradora à recolher está a seguir:

	31/12/2018	**31/12/2017**
Imposto de renda a recolher	67	32
Contribuição social a recolher	55	27
PIS e COFINS à pagar	52	25
Total de impostos e contribuições	**174**	**84**

12. Obrigações à pagar: Detalhamos abaixo a composição das obrigações à pagar da Seguradora em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Até um ano	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Fornecedores	47	43
Honorários, Remuneração e Gratificação a pagar	50	–
Aluguéis a Pagar	6	2
Dividendos a pagar	290	259
Obrigações a Pagar	**395**	**304**
Outras contas a pagar	7	13
Outras contas a pagar	**7**	**13**

13. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$ 3.445.550,30 em 31 de dezembro de 2018 representado por 689.110 ações ordinárias, sem valor nominal. b) Reserva de lucros: Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita a deliberação em Assembléia Geral. Em 31 de dezembro de 2018 a Seguradora possui saldo de reserva de lucros no montante de R$ 2.320, sendo reserva legal R$ 153 e reserva estatutária R$ 2.167 não possuindo alterações relativas ao período anterior. A Seguradora constitui sua reserva legal baseada no que determina a lei da sociedade anônima (5% legal). E o valor restante é constituído como reserva estatutária conforme estatuto da empresa. c) Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Foram propostos dividendos de acordo com os limites mínimos previstos no Estatuto Social da cia. d) Lucro por ação: O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básicos e diluído por ação:

	31/12/2018	**31/12/2017**
Lucro do exercício	1.166	1.089
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	689.110	689.110
Lucro básico por ação - R$	**1,69**	**1,58**

e) Patrimônio líquido ajustado

	31/12/2018	**31/12/2017**
Patrimônio Líquido	5.774	4.891
(-) Intangíveis	(73)	(124)
(=) Patrimônio Líquido Ajustado (a)	5.701	4.767
Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
a - PPNG constituída	118	36
c - Proj. fluxos realistas sin. e desp. a ocorrer da PPNG, conforme TAP	77	11
d - Parcela PPNG = a - c	40	25
e - CMR desconsiderando o valor do Risco de Mercado	3.400	3.400
f - Limite = CMR - (e)	–	1
Total ajustes econômicos: menor entre (55% do item d X item f)	–	1
PLA (total) = PLA (a) + ajustes assoc. à var. val. econômicos (b)	5.701	4.766
Capital Base - (CNSP 282/13) (c)	3.400	3.400
Capital Adicional de Subscrição - CAS (1)	303	104
Capital Risco de Crédito - CRCS (2)	239	267
Capital Risco de Mercado	48	15
Benefícios da correlação de risco	(104)	(50)
Capital Risco Operacional	137	101
Capital de Risco (d)	624	437
Patrimônio Líqudo Ajustado	5.701	4.767
(-) Exigência de Capital - EC Maior entre (a) ou (b) ou (d)	3.400	3.400
Suficiência de Capital	2.301	1.366
Suficiência de Capital (% da EC)	67,6%	40,2%

d) Custos de aquisição	
Comissões	(192) (116)
Total – Custos de aquisição	**(192) (116)**
e) Outras receitas e despesas operacionais	
Outras receitas operacionais	**2.305 1.992**
Outras receitas com operações de seguros	2.305 1.992
Outras despesas operacionais	**(1.264) –**
Despesas com cobranças	(1.027) –
Administração de apólices e/ou contratos	(237) –
Total de outras receitas e despesas operacionais	**1.041 1.992**
f) Despesas administrativas	
Pessoal próprio	(737) (854)
Serviços de terceiros	(798) (645)
Localização e funcionamento	(200) (183)
Publicidade e propaganda	(51) (17)
Donativos e Contribuições	– –
Outras despesas administrativas	(1.035) (553)
Total	**(2.839) (2.252)**
g) Despesas com tributos	
COFINS	(416) (384)
PIS	(68) (62)
Taxa de fiscalização	(59) (43)
Outros	(7) (7)
Total	**(549) (496)**
h) Resultado financeiro	
Receitas financeiras	**2.515 2.670**
Fundos de investimentos	298 488
Receitas com títulos de renda fixa públicos	51 26
Outras receitas financeiras (DPVAT)	2.165 2.156
Despesas financeiras	**(2.068) (2.216)**
Outras despesas financeiras (DPVAT)	(2.068) (2.216)
Total do resultado financeiro	**446 454**

15. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2018 IRPJ	**CSLL**	**31/12/2017 IRPJ**	**CSLL**
Lucro Contábil	**2.002**	**2.002**	**1.895**	**1.895**
Ajustes de avaliação patrimonial	7	7	–	–
Ajuste ao Lucro	47	47	(19)	(19)
Base de Cálculo	**2.056**	**2.056**	**1.876**	**1.876**
Alíquota nominal	25%	20%	25%	20%
Total de Impostos	**(520)**	**(435)**	**(437)**	**(369)**

16. Transações com partes relacionadas: (a) Transações com pessoal-chave: As transações com pessoal-chave da administração referem-se a valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme abaixo:

	2018	**2017**
Honorários de diretoria e encargos	12	6
Comissões Pagas	89	31
	101	**37**

(b) Transações e saldos: As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são: (i) Emissões de apólices de seguro dos ramos vida e acidentes pessoais; (ii) Pagamento de comissão por corretagem de seguros. **17. Eventos subsequentes**: Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados desde a aprovação final dessas demonstrações financeiras por parte da Administração da Seguradora, ocorrida em 20 de fevereiro de 2019.

Reginaldo Czezacki - Diretor Geral
Mauricio Bernardes - Diretor Administrativo e Financeiro
Luciana Romero Braga Borges - Diretora Riscos e Controles

Fábio Roberto Pereira - Contador CRC - 1SP239076-O/0
Sérgio Rangel Guimarães - Atuário Responsável
MIBA 0743

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Angelus Seguros S/A

Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da análise de solvência e dos limites de retenção da **Angelus Seguros S/A** - "Sociedade", em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração**: A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, além das bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade da Auditoria Independente**: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, da análise de solvência e dos limites de retenção, conforme definido no escopo da auditoria. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião**: Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da análise de solvência e dos limites de retenção da **Angelus Seguros S/A** em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros assuntos**: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras e consideramos que os respectivos dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2019
Éder Gerson Aguiar de Oliveira - Atuário MIBA 630
ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087
CNPJ 06.114.280/0001-45 - Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 – POA/RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Aos Administradores e Acionistas da
ANGELUS SEGUROS S/A
Curitiba - Paraná

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **ANGELUS SEGUROS S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ANGELUS SEGUROS S/A** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditados, para os quais emitimos Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, sem ressalva, datado de 16 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da **ANGELUS SEGUROS S/A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da seguradora. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Curitiba – PR, 20 de fevereiro de 2019
CPN Auditores Independentes S/S
CRC-PR 005478/O-0
Claudiney Carlos de Oliveira – Contador CRC–PR-028035/O-5

16044/2019

AGUATIVA GOLF RESORT S/A
CNPJ Nº. 77.424.992/0001-09
NIRE Nº. 41300294810
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em **31/12/2018**, onde os valores encontram-se expressos em R$ (Reais). Aproveitando, colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem-se necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**BALANÇO PATRIMONIAL**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
ATIVO			**PASSIVO**		
ATIVO CIRCULANTE					
Disponível	**8.405.115,80**	**6.235.583,51**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**7.000.650,95**	**5.520.875,83**
Caixa	297.078,33	457.790,49			
Bancos	315.413,76	54.755,47			

ANGELUS seguros

ANGELUS SEGUROS S/A.

CNPJ nº 18.133.809/0001-57
CURITIBA-PR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, De acordo com as exigências legais e estatutárias submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Angelus Seguros S/A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Descrição dos negócios: A Seguradora tem por objeto a operação em seguros do ramo pessoas em qualquer uma de suas modalidades ou formas. Atualmente trabalha com Seguro de Acidentes pessoais e vida em grupo. A Companhia faz parte do Consórcio DPVAT, com direito de recebimento de repasses relativos a reembolso de tributos e pagamento relativo ao resultado de sua participação, contabilizados nos moldes da Lei. Possui ainda a atividade de Regulação de Sinistros do DPVAT, que é reembolsada pela Seguradora Líder e compõe parte das receitas auferidas pela Sociedade. Em expansão, a empresa está aumentando o portfólio de seus produtos e regiões de atuação.

Comentários sobre a conjuntura atual: A Administração monitora o mercado de atuação com vista ao aproveitamento das melhores oportunidades, alinhadas a estratégia de negócios da Companhia. Há potencial de expansão a partir do primeiro semestre de 2019 através dos canais de distribuição atuais e novos que estão sendo identificados. Todo o aparato regulatório da atividade é acompanhado com muita responsabilidade e controle. A Seguradora garante a cobertura dos riscos que assume por meio de reservas constituídas e alto nível de liquidez financeira, mantendo suas aplicações com rendimento compatível com as melhores práticas do mercado e com política de menor risco assumido.

Desempenho: Os prêmios emitidos no valor de R$ 10.478 milhões, representam um crescimento de 33% em relação a 31 de dezembro de 2017, e refletem o bom desempenho das carteiras de DPVAT e Seguro de Acidentes Pessoais Coletivo. Os ativos totais no montante de R$ 39.961,2 milhões são 12% superiores a 31 de dezembro de 2017, R$ 35.577,6 milhões, refletindo o crescimento dos negócios. A administração tem implementado programas de melhoria continua em processos e controles de subscrição, gestão de risco e eficiência operacional, bem como reforçando a estrutura organizacional e sistêmica. Diante da expectativa de breve retorno, a empresa manteve seus investimentos objetivando estar entre as mais reconhecidas em termos de qualidade e agilidade nesta atividade, criando condições de crescimento sustentável ao longo dos próximos anos. O lucro do exercício, de R$ 1.165,9 milhões foi 7% melhor que o exercício anterior que apresentou lucro de R$ 1.089 mil. O resultado foi afetado, principalmente, pela menor sinistralidade (68% em 2018 versus 79% em 2017) e pelas despesas administrativas necessárias para suportar o crescimento dos negócios (27% em 2018 versus 29% em 2017). Os resultados da Seguradora Líder (repasses de lucros relativos as apurações mensais), tem relativa importância na composição dos resultados da Companhia. Com relação a essa receita, a Angelus busca os melhores meios de se manter informada e atualizada dos procedimentos da Seguradora Líder que possam impactar nos resultados auferidos e, em consequência, afetar os resultados da Seguradora. Em 29/01/2018, a Angelus recebeu 50% do resultado operacional de 2017. A partir deste ano, 100% do resultado operacional que cabe à companhia, está sendo distribuído dentro do próprio mês de apuração. A Seguradora mantém sob absoluto controle a sua situação financeira, mantendo-se sempre em conformidade com as normas aplicáveis. Os resultados apresentados foram considerados em todo o planejamento da empresa e os casos não benéficos serão ajustados. Os estudos da Sociedade dão conta de cenários futuros promissores.

Perspectivas: A administração espera um crescimento das operações nos próximos anos, sustentável através de eficiência operacional, amplitude e qualificação dos nossos canais de distribuição, expansão territorial, melhoria dos processos de subscrição e gestão de sinistros e gastos administrativos.

Políticas relativas aos lucros apurados: De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre o lucro líquido ajustado. Não houve e nem há pretensão, por parte da Administração, de proposta de dividendos que supere os dividendos mínimos obrigatórios. O Estatuto da Sociedade prevê que o lucro excedente, não constituído em reservas especificas e não destinados pela Assembleia, será convertido em Reserva Complementar para futuro aumento de capital.

Declaração sobre a capacidade financeira: A Companhia, por força da regulação da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, precisa garantir condição financeira compatível com os riscos assumidos, podendo para tal fazer investimentos que capitalizam ao máximo suas sobras financeiras, dentro da melhor política de risco-retorno. A Seguradora possui aplicações financeiras da modalidade CDB, remuneradas diariamente a taxa pré-fixada de 94% do CDI e liquidez imediata. Apenas essa aplicação já tem dado conta de garantir sua condição de equilíbrio financeiro. A Seguradora possui ainda investimentos em títulos do tesouro IPCA NTN-B 2019 e 2022 e LFT 2024, que são utilizados como ativos garantidores das provisões técnicas. Os demais investimentos acusados nas demonstrações referem-se a cota parte proporcional na participação do Consórcio DPVAT, este responsável pela gestão de tais ativos e cumprimento das normas cabíveis, emanadas pela SUSEP.

Recursos Humanos: A Angelus Seguros S/A. sabe que está no quadro de colaboradores o seu grande diferencial, por isso tem mantido programas permanentes de desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Agradecimentos: Queremos agradecer os senhores acionistas, clientes, segurados e corretores pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, às autoridades da SUSEP e demais ligadas as nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação durante este exercício.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2019
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		**34.192**	**34.960**
Disponível	4-c,5	**195**	**117**
Caixa e bancos	4-c,5	195	117
Aplicações	4-c, 6	**33.794**	**34.717**
Títulos de renda fixa		512	4.747
Quotas de fundos de investimentos		33.282	29.970
Créditos das operações com seguros	4-c,7	**118**	**–**
Prêmios a receber	7	118	–
Outros créditos operacionais		**75**	**113**
Títulos e créditos a receber	4-c	**10**	**13**
Créditos tributários e previdenciários		10	12
Outros créditos		–	1
Ativo não circulante		**5.769**	**618**
Realizável a longo prazo		**5.495**	**315**
Aplicações	4c,6	**5.495**	**315**
Investimentos	4-c	**144**	**78**
Participações Societárias		144	78
Imobilizado	9	**57**	**101**
Bens móveis		160	111
Outras imobilizações		100	73
Depreciação		(203)	(83)
Intangível	9	**73**	**124**
Outros intangíveis		73	124
Total do ativo		**39.961**	**35.578**

Passivo	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		**34.187**	**30.687**
Contas a pagar	**4-c**	**652**	**497**
Obrigações a pagar	12	395	304
Impostos e encargos sociais a recolher		7	13
Encargos trabalhistas		69	95
Impostos e contribuições	11	174	84
Outras contas a pagar	12	7	1
Débitos de operações com seguros	**4-c**	**83**	**151**
Outros débitos operacionais		83	151
Provisões técnicas – seguros	**4-c,10**	**33.452**	**30.039**
Danos		33.258	29.930
Pessoas		194	109
Patrimônio liquido	**13**	**5.774**	**4.891**
Capital social	13	3.446	3.446
Reservas de lucros	13	2.320	1.445
Ajustes de avaliação patrimonial		7	-
Total do passivo		**39.961**	**35.578**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios emitidos	14	**10.478**	**7.892**
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	14	(119)	(25)
(=) Prêmios ganhos	14	**10.359**	**7.867**
(+) Receita com emissão de apólices	14	994	643
(-) Sinistros ocorridos	14	(7.090)	(6.183)
(-) Custo de aquisição	14	(192)	(116)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	14	1.041	1.992
(-) Despesas administrativas	14	(2.839)	(2.252)
(-) Despesas com tributos	14	(549)	(496)
(+) Resultado financeiro	14	446	454
(+/-) Resultado Patrimonial		42	19
(=) Resultado operacional		**2.212**	**1.928**
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(26)	–
(=) Resultado antes dos impostos e participações	15	**2.186**	**1.928**
(-) Imposto de renda	15	(520)	(438)
(-) Contribuição social	15	(435)	(369)
(-) Participações sobre o lucro		(66)	(33)
(=) Prejuízo / Lucro líquido	13	**1.166**	**1.089**
(/) Quantidade de ações	13	689.110	689.110
(=) Prejuízo / Lucro líquido por ação – R$	13	**1,69**	**1,58**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de Lucros	Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 de dezembro de 2016		**3.446**	**615**	**–**	**–**	**4.061**
Resultado Líquido do Período	13a	–	–	–	1.089	1.089
Rerserva Legal	13a	–	830	–	(830)	–
Dividendos		–	–	–	(259)	(259)
SALDOS EM 31 de dezembro de 2017		**3.446**	**1.445**	**–**	**–**	**4.891**
Resultado Líquido do Período		–	–	–	1.166	1.166
Rerserva Legal		–	874	–	(874)	–
Dividendos	13a	–	–	–	(290)	(290)
Títulos e valores mobiliários		–	–	7	–	7
SALDOS EM 31 de dezembro de 2018		**3.446**	**2.319**	**7**	**1**	**5.774**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Lucro / Prejuízo do exercício		**1.166**	**1.089**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	6-c	7	–
Imposto de renda e contribuição social sobre componentes de outros resultados abrangentes		–	–
		(3)	**–**
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidas de impostos		**–**	**–**
Total do resultado abrangente do exercício, líquidas de impostos		**1.170**	**1.089**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo / Lucro líquido do exercício	**1.166**	**1.089**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	30	21
	1.196	**1.110**
Variações nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(4.257)	(15.114)
Crédito das operações de seguros	(118)	60
Créditos fiscais e previdenciários	–	68
Outros Créditos Operacionais	38	–
Outros Ativos	3	7
Outras contas à pagar	66	(25)
Impostos e contribuições	90	(149)
Débitos das operações com seguros	(68)	85
Provisão técnicas – seguros	3.413	14.171
Caixa gerado / consumido nas atividades operacionais	363	212
Atividades de Investimentos		
Recebimento pela Venda:		
Investimentos	–	2
Pagamento pela Compra:		
Investimentos	(66)	(19)
Imobilizado	37	(45)
Intangível	29	(50)
Caixa líquido consumido nas atividades investimento	**363**	**100**
Atividades de Investimentos		
Recebimento pela Venda:	–	(65)
Outros	7	–
Caixa líquido consumido nas atividades investimento	**370**	**36**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**78**	**35**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	117	82
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	195	117
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**78**	**35**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Angelus Seguros S/A. (doravante "Seguradora" ou "Companhia"), com sede e foro na Avenida Candido de Abreu, 470, Conjuntos 2306 e 2307, Centro Cívico - Curitiba (PR) é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo código civil, como que determina o artigo 2.031, da Lei nº10.406, de 10 de janeiro de 2002, e em regência supletiva pelo Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, sendo este regramento adotado nesta ordem sucessiva e ainda no que forem aplicáveis as normas das sociedades simples, definidas no artigo 997 e seguintes da Lei nº10.406/2002, permanecendo com prazo de duração indeterminado. A sociedade tem por objeto social: Seguros do Ramo Pessoas, autorizada a operar na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 8ª Regiões, compreendendo os estados: Amapá, Pará, Acre, Rondônia, Amazonas, Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 14.12.2018 a sociedade protocolou junto a SUSEP AGE solicitanto aprovação para operar em Seguro de Danos nas regiões 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 8ª Regiões, compreendendo os estados: Amapá, Pará, Acre, Rondônia, Amazonas, Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por seu objeto social, a sociedade deve respeito a todas as normas emanadas pelo órgão regulador Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, lhe prestando informações conforme normas em vigor. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Seguradora em reunião realizada dia 20 de fevereiro de 2019. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade**: Em 30 de julho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 517 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015. Esta Circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga a Circular SUSEP nº 508/15. Em 24 de novembro de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 521 alterando parcialmente a Circular nº 517/15 em relação ao capítulo II -Gestão de Riscos. Em 27 de dezembro de 2017, a SUSEP emitiu a Circular nº 544 alterando parcialmente a Circular nº 517/15 em diversos aspectos, produzindo efeitos relativo aos procedimentos contábeis a partir de 1° de janeiro de 2017. Esta Circular homologa os critérios estabelecidos na Interpretação Técnica ICPC 19 e 20; e as Revisões dos Pronunciamentos Técnicos nº.1,2,3,4,5,6,7 e 8 emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em 22 de dezembro de 2017, a SUSEP emitiu a Circular n° 561 alterando parcialmente a Circular n° 517/15,em relação ao Plano de Solvência e de Liquidez, e em relação ao CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente. Em 17 de agosto de 2018, a SUSEP emitiu a Circular n° 575 alterando parcialmente a Circular n° 517/15,em relação aos critérios e prazos relativos a Base de dados de perdas operacionais e alterações e definições para Registros dos direitos a salvados e ressarcimentos. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 com as alterações vigentes na Circular nº 521/15, 544/16, 561/17 e 575/18; os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". **2.2. Comparabilidade**: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 517/15 e suas posteriores alterações. Efetuamos a comparabilidade das contas patrimoniais e as contas de resultado em 31 de dezembro de 2018 com o período findo imediatamente precedente, ou seja: 31 de dezembro de 2017. **2.3. Base para mensuração**: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, de instrumentos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, a avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos. **2.4. Moeda funcional**: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera e arredondados em milhares (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Continuidade**: A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. As estimativas são estabelecidas a partir de julgamentos e estudos referentes a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir das estimativas iniciais em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas são revistas pelo menos a cada data de balanço. **2.6. Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis**: Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros: O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e se utiliza de estimativas é na constituição dos passivos de seguros que envolvem diversas incertezas. A Seguradora se utiliza de diversas formas de avaliação que podem influenciar a tomada de decisão sobre a melhor estimativa do valor de liquidação dos sinistros. Os valores provisionados podem diferir dos valores a serem pagos posteriormente. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares, ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Se houver ajustes, estes são efetuados semestralmente, por ocasião da publicação de balanço. Estimativas utilizadas para cálculo dos créditos tributários: Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para sua realização. Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço. **2.7. Segregação entre circulante e não circulante**: A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. **2.8. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora**: As seguintes normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **IFRS 9/ CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com entrada em vigor em 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento. • **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Entrada em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento. • **IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entrará em vigor nos semestres iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3. Resumo das principais práticas contábeis**: As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento na data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. b) Apuração do resultado operacional: Os prêmios de seguros e cosseguros, e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o transcorrer da vigência do risco. Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição são registrados pelo seu valor futuro, deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras quando aplicável. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial (NTA). As operações de cosseguro são contabilizadas com base nos contratos firmados com as congêneres. As despesas são reconhecidas quando incorridas conforme o período de competência. No caso do fornecimento de produtos, a Seguradora reconhece esse gasto como despesa quando tiver a posse ao que foi adquirido. No caso do fornecimento de serviços, a Seguradora reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços. c) Ativos financeiros: Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes: i. *Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado*: Ativos financeiros designados no momento da aquisição, com a intenção de negociação ativa e frequente. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Seguradora, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. *Determinação do valor justo*: O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP-Câmara de Custódia.

Continua>>>

Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

continuação

ANGELUS SEGUROS S/A. - CNPJ nº 18.133.809/0001-57

ii.*Títulos mantidos até o vencimento*: Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. iii. *Títulos disponíveis para venda*: Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições anteriores. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título. Seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários. iv. *Empréstimos e recebíveis*: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por reduções ao valor recuperável. d) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo, é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável), nos ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada com base na Circular SUSEP nº 544/16 -Art.6º parágrafo 3º que determina a provisão para redução ao valor recuperável dos prêmios a receber vencidos a mais de 60 dias, com adição da totalidade dos valores a receber referente a mesma contraparte. e) Custos de aquisição diferidos: Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que as respectivas receitas serão ganhas. f) Ativo imobilizado e imóveis destinados a renda: Os ativos imobilizados são mensurados ao valor de custo menos amortização acumulada, e, quando aplicável, redução pelo seu valor recuperável. g) Ativo imobilizado e imóveis destinados a renda-continuação: Custos incorridos após a aquisição são ativados e reconhecidos como um ativo, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam revertidos à Seguradora, e o custo é razoavelmente determinável. Outras despesas com reparos e manutenção de imobilizado são reconhecidas no resultado do período. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e os seguintes períodos de vida útil estimada são determinados em cada grupo de ativo:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	% por ano
Móveis e utensílios	10 anos	10% a.a
Veículos	5 anos	20% a.a
Equipamentos	5 anos	20% a.a
Outras Imobilizações	5 anos	20% a.a

A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. h) Ativo intangível: Ativos intangíveis incluem o valor de softwares adquiridos de terceiros. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são avaliados por ocasião do reconhecimento inicial ao custo. Após o reconhecimento inicial, os ativos são mantidos ao custo, líquidos de amortização e perdas pelo valor recuperável acumulados. A amortização é calculada usando o método linear, no prazo de cinco anos. A Seguradora realiza a compra de exclusividade do canal de venda para estipulantes comercializarem seus produtos. Estes contratos estão sendo contabilizados pela Seguradora em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível. O valor do desembolso financeiro atribuível para acesso a exclusividade do canal de venda é amortizada ao longo do período em que as respectivas receitas são ganhas. i) Contratos de seguros: As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de seguros, referendado pela Circular nº 517/15 e suas posteriores alterações. A Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. j) Operações de arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento mercantil ("leasing") são classificados em dois grandes grupos: "leasing" operacional e "leasing" financeiro. O fator determinante para essa classificação, conforme CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil, é justamente a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem. k) Passivo circulante e não circulante: Representado por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pró-rata die") incorridas até a data-base das demonstrações financeiras. l) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável no exercício excedente a R$ 240; e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Em 06 de outubro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.169/15, alterando a alíquota da CSLL de 15% para 20% no período de 01/09/2015 à 31/12/2018. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende aos impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto à pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos à pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. m) Avaliação de passivos originados de contratos de seguros: As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, e são assim resumidas: i. *Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)*: A PPNG é constituída pela parcela de prêmio e das despesas de comercialização, líquidas de cosseguro, correspondente ao período de risco a decorrer, calculado pelo método "pró-rata die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A PPNG passou a considerar como data base para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência do risco, seguindo as definições contidas na Circular SUSEP n° 517/15 e suas posteriores alterações. ii. *Provisão de Prêmios não Ganhos para Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG – RVNE)*: A PPNG-RVNE, para os ramos 0195 e 0524 é calculada por método estatístico que se utiliza de triângulos de "run-off" dos prêmios retidos dessas carteiras da Seguradora e o intervalo médio de tempo transcorrido entre o início de vigência do seguro e a data de emissão da apólice. Para os demais ramos a Seguradora utiliza a metodologia estabelecida pela Circular SUSEP n° 517/15 e suas posteriores alterações. iii. *Provisão de Sinistros à liquidar (PSL)*: A PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis determinadas com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão de sinistros à liquidar administrativa é destinada à cobertura dos valores à pagar dos sinistros ocorridos e avisados até a data base das demonstrações financeiras, sendo constituída com base nas notificações de sinistros, caso a caso. A provisão de sinistros à liquidar judicial é reavaliada periodicamente e contabilizada com base na opinião do departamento jurídico sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda em fatores obtidos a partir do histórico da Seguradora, calculados levando em consideração a probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e a natureza do processo judicial. iv. *Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR)*: Para os ramos de garantia estendida – automóveis, extensão de garantia patrimonial e prestamista individual; o IBNR é calculada de acordo com a metodologia prevista em nota técnica atuarial. Para os demais ramos, o cálculo foi realizado segundo o disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e suas posteriores alterações. *v. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)*: O IBNER é um ajuste agregado dos sinistros avisados e não pagos. Após análise dos fluxos de avisos e pagamentos de sinistro efetuados pela Seguradora, realizada através de metodologia estatística de triângulos de "run-off", a Seguradora não identificou a necessidade de constituição desta provisão. vi. *Provisão Complementar de Cobertura (PCC)*: Deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. vii. *Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)*: Deve ser constituída para a cobertura dos valores esperados relativos as despesas relacionadas a sinistros. n) Teste de Adequação dos Passivos - TAP (LAT - Liability Adequacy Test): Semestralmente, a Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos, conforme requerido pelo CPC11, visando determinar se os passivos registrados atualmente estão adequados às obrigações decorrentes de todos os contratos e certificados de planos de seguro vigentes, conforme estimativa de desembolsos futuros decorrentes dessas obrigações. O TAP de 31/12/2018 foi realizado considerando metodologia baseada na estimativa corrente dos fluxos de caixa até a extinção das obrigações assumidas, deduzindo os custos de aquisição diferidos diretamente relacionados, e incluindo as despesas relacionadas aos sinistros, sendo que todos os contratos vigentes da Companhia são estruturados no Regime Financeiro de Repartição Simples. Para o cálculo do referido teste, foram utilizadas premissas atuais, realistas e não tendenciosas condizentes com a realidade dos contratos e certificados vigentes da Companhia, sendo desconsideradas renovações automáticas e novas vendas. Para as estimativas de sinistros do ramo 0982, considerou-se a experiência da população brasileira relacionada à cobertura de Morte Acidental (MA), com base nos dados disponibilizados pelo censo demográfico do IBGE e pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade do CGIAE (SIM/CGIAE), uma vez que a Companhia não constitui até o momento histórico de sinistros em volume que viabilize estimativas próprias de sinistralidade deste ramo. Para o ramo 0993, os sinistros futuros relacionados à cobertura de Morte Qualquer Causa foram estimados a partir da aplicação da tábua de mortalidade BR-EMSmt 2015 segregada por sexo, considerando-se, ainda, os dados de família média conforme Síntese de Indicadores Sociais (SIS) disponibilizado pelo IBGE em 2016, para as coberturas de cônjuge e filhos. Para as despesas administrativas, buscando incorporar de forma realista as estimativas correntes dos fluxos de caixa, estabeleceu-se o critério de alocação conforme a utilização de cada ramo, considerando ainda suas despesas mínimas para operação. Assim, as estimativas de despesas administrativas foram realizadas a partir das despesas incorridas da Companhia, de forma que se estima que o atual nível de despesas mantenha-se constante até o final de vigência das apólices atuais. A partir disso, o critério de alocação entre os ramos 0982, 0993 e a regulação de sinistros do DPVAT, observou as despesas administrativas de Front Office e de Back Office. As despesas com tributos foram alocadas conforme distribuição de despesas administrativas por ramo. As despesas comerciais futuras foram apuradas conforme os percentuais contratualmente estabelecidos nas condições comerciais de cada apólice vigente. As estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros foram descontadas a valor presente com base no modelo de Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ) livres de risco no Brasil, estimada por meio de metodologia desenvolvida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Como conclusão do Teste de Adequação de Passivos, realizado em conformidade ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015, em 31 de dezembro de 2018 não foram identificadas insuficiências de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro referentes aos seguros de Pessoas da Angelus Seguros S.A. o) Outras provisões e passivos contingentes: Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido parà liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, com exceção das contingências relacionados a sinistros em que a Seguradora segue as estimativas conforme previsto no CPC 11 e Circular SUSEP nº 517/15 e suas posteriores alterações. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente, resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. p) Avaliação de ativos e passivos: Um passivo é reconhecido no balanço quando a Seguradora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros são gerados em favor da Seguradora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. q) Resultado por ação: O resultado do exercício em 2018 é um lucro de R$ 1.166 (lucro de R$ 1.089 em 2017), obtendo um lucro líquido por ação de R$ 1,69 (lucro de R$ 1,58 em 2017). **4. Política de gerenciamento de riscos**: A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de capital; • Risco financeiro. Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas. A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. a) Risco de subscrição de seguro: O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarifação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada. **(a)** Mitigadores do risco de aceitação do produto - O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é acompanhado em estrutura que proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de brechas que comprometam sua adequada identificação e mensuração. O monitoramento dos nossos produtos permite acompanhar e adequar quando necessário às tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos. **(b)** Mitigadores do risco de subscrição - o risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde tenha a possibilidade de ocorrer sinistro, incerteza sobre o valor da indenização. O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que vai contra as expectativas da Companhia no momento da política de subscrição no que se refere as incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas. **(c)** Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes - como forma de mitigar o risco de efetuar provisões insuficientes, o Teste de Adequação de Passivo (TAP) realizado em 31 de dezembro de 2018 possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. **Sensibilidade ao risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data de balanço. Como fator de risco foi eleita a sinistralidade. Simulamos como uma elevação de 25% na sinistralidade da carteira teria impactado no Patrimônio Líquido e no resultado do exercício:

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 2018
Sinistralidade	Diminuição de 25%	36
Sinistralidade	Aumento de 25%	(36)

O impacto no resultado após os impostos é de 3,42 % e sobre o patrimônio líquido de 0,61% em 31 de dezembro de 2018.

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 2017
Sinistralidade	Diminuição de 25%	5
Sinistralidade	Aumento de 25%	(5)

O impacto no resultado após os impostos é de 0,7 % e, sobre o Patrimônio Líquido é de 0,1 % em 31 de dezembro de 2017. b) Risco financeiro: i. *Risco de crédito*: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidas. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Para o controle e avaliação do risco de crédito, a Seguradora utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no país. Se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, a Seguradora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora. A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada à política de investimento definida. O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em preços cotados em mercado ativo na data de balanço. Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31 de dezembro de 2018:

Classificação	AA-	Sem rating	Valor contábil
Caixa e bancos	–	195	195
Públicos	692	–	692
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	158	–	158
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	534	–	534
Privados	5.315	–	5.315
Certificado de depósitos bancários (CDB)	5.315	–	5.315
Fundos			
Quotas de fundos de investimentos	–	33.282	33.282
Exposição máxima ao risco de crédito	6.007	33.477	39.484

ii. *Risco de liquidez*: A política de risco de liquidez estabelece a avaliação e a determinação do que constitui esse tipo de risco para a Seguradora. A conformidade com a política é monitorada, e exposições e transgressões são apresentadas para a Administração. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente.

	31/12/2018		
Ativos financeiros	**Até um ano**	**1 – 5 anos**	**Valor contábil**
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	692	692
Caixa e equivalentes de caixa	195	–	195
Crédito das operações de seguros	118	–	118
Títulos e créditos a receber	10	–	10
Total de ativos financeiros	**323**	**692**	**1.015**
Passivos financeiros	**Até um ano**	**1 – 5 anos**	**Valor contábil**
Débitos de operações de seguros	83	–	83
Contas à pagar e outros valores à pagar	362	–	362
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	71	–	71
Total de passivos financeiros	**516**	**–**	**516**

Gerenciamento do risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. iii. *Risco de mercado*: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. **Taxa de juros**: Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos e títulos privados indexadas à variação do CDI e selic. **Sensibilidade à taxa de juros**: Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, teriam impactado no Patrimônio Líquido e resultado em 31 de dezembro de 2018:

Classe de ativo	Variação das premissas	Impacto sobre o Patrimônio Líquido – 31/12/2018	Impacto sobre o Patrimônio Líquido – 31/12/2017
Ativos pré–fixados – Privados	Aumento de 2,5% na taxa SELIC	1	–
Ativos pré–fixados – Privados	Redução de 2,5% na taxa SELIC	(1)	–
Ativos pós fixados – Públicos	Aumento de 2,5% na taxa SELIC	4	–
Ativos pós fixados – Públicos	Redução de 2,5% na taxa SELIC	(4)	–

iv. *Gerenciamento de capital*: O gerenciamento de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Capital Mínimo Requerido conforme a Resolução CNSP n° 321/15 e 360/17. Nos termos da Resolução CNSP nº 360/17 o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram o capital regulatório, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização do mesmo. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na nota explicativa 10-e, com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

5. Disponível	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	–	–
Banco	195	117
Total de caixa e equivalentes de caixa	**195**	**117**

6. Aplicações: a) Composição dos títulos e valores mobiliários

	31/12/2018				
Valor Classificação do Título	**Valor Mercado**	**Valor Curva**	**Valor MTM**	**Representatividade (%)**	**Indexador**
Títulos disponíveis para negociação					
LFT	158	158	–	100%	SELIC
Total LTN	**158**	**158**	**–**	**100,0%**	
NTN-B	106	105	1	19,9%	SELIC
NTN-B	55	54	1	10,3%	SELIC
NTN-B	55	54	1	10,3%	SELIC
NTN-B	106	105	1	19,9%	SELIC
NTN-B	212	209	3	39,7%	SELIC
Total NTN-B	**534**	**527**	**7**	**100,0%**	
Fundos de investimentos - DPVAT	33.282	33.282	–	84,7%	
Certificado de Depósito Bancário	297	297	–	0,8%	CDI
Certificado de Depósito Bancário	2	2	–	0,0%	CDI
Certificado de Depósito Bancário	5.016	5.016	–	12,8%	CDI
Total	**39.289**	**39.289**	**–**		
Circulante	**33.794**				

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro, foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimentos, nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos classificados como disponível para venda, foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro 2018 e 2017, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. b) Estimativa de valor justo: A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo, é realizada com base nos seguintes critérios: • Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo dos ativos financeiros por níveis:

	31/12/2018							
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	**Nível**	**Sem Vencimento/De 1 a 30 dias**	**De 31 a 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**	**Custos mais Rendimentos**	**MTM**
LFT	1	–	–	–	158	158	158	–
NTN–B	1	–	216	–	318	534	527	7
Fundos de investimento - Abertos	2	33.282	–	–	–	33.282	33.282	–
Certificado de Depósitos Bancários	2	–	–	297	5.018	5.315	5.315	–
Total		**33.282**	**216**	**297**	**5.494**	**39.289**	**39.282**	**7**

	31/12/2017							
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	**Nível**	**Sem Vencimento / De 1 a 30 dias**	**De 31 a 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**	**Custos mais Rendimentos**	**MTM**
NTN–B	1	–	–	315	–	315	–	315
Fundos de investimento - Abertos	2	29.970	–	–	–	29.970	–	29.970
Certificado de Depósitos Bancários	2	–	–	4.747	–	4.747	–	4.747
Total		**29.970**	**–**	**5.062**	**–**	**35.032**	**–**	**35.032**

c) Movimentação das aplicações financeiras: Apresentamos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro 2017 e 2018:

Disponíveis para venda	Saldo em 31/12/2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Resultado na venda	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2018
LFT	–	155	–	3	–	158
NTN–B	315	198	21	35	7	534
Certificado de Depósitos Bancários	4.747	300	30	298	–	5.315
Subtotal	**5.063**	**654**	**51**	**335**	**7**	**6.007**
Fundos de investimento – Abertos (DPVAT)	29.970	3.535	2.296	2.073	–	33.282
Total	**35.033**	**4.189**	**2.347**	**2.409**	**7**	**39.289**

i) *Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas*: Os ativos garantidores das provisões técnicas estão compostos por títulos públicos de renda fixa, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Total das provisões técnicas	**194**	**109**
Total a ser coberto	**194**	**109**

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos dados em garantia das provisões técnicas	692	315
Títulos de renda fixa - públicos	692	315
Suficiência - $	**498**	**206**
Suficiência - %	**356,7%**	**189,0%**
20% CR' p liquidez	124	87
Ativos líquidos	498	206
Liquidez em relação ao CR'	**374**	**119**
	80,2%	**47,2%**

Não há valor de superávit de fluxos de prêmios não registrados apurado no TAP. ii) *Instrumentos financeiros derivativos*: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não haviam contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos.

7. Prêmios a Receber: a) Detalhamento dos prêmios a receber por ramo:

31/12/2018	**A vencer**
Ramos	0 - 30 dias*
0982 – Acidentes Pessoais – Coletivo	101
0993 - Vida em Grupo	17
Total Geral	**118**

(*) A composição dos Prêmios a Receber é composta exclusivamente por Prêmios de Riscos Vigentes e Não Emitidos – RVNE

Continua>>>

continuação

ANGELUS SEGUROS S/A. - CNPJ nº 18.133.809/0001-57

b) Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2018
Saldo em 31 de dezembro 2017	
(+) Prêmios emitidos	1.899
(+) IOF	68
(-) Recebimento	(1.849)
Saldo em 31 de dezembro 2018	**118**

8. Títulos e créditos a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber - DPVAT	75	113
	75	**113**

9. Imobilizado e intangível

As tabelas abaixo apresentam a conciliação da movimentação do ativo imobilizado e intangível por grupo:

Imobilizado

Descrição	Saldo residual 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Saldo residual 31/12/2018	Custo Total 31/12/2018	Depreciação Acumulada 31/12/2018
Móveis e utensílios	22	11	(11)	(17)	5	–	(17)
Equipamentos	35	4	(6)	(12)	21	–	(29)
Outras imobilizações	44	47	(11)	(47)	33	–	(47)
Total	**101**	**62**	**(28)**	**(76)**	**59**	**–**	**(93)**

Intangível

Descrição	Saldo residual 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Despesa Amortização	Saldo residual 31/12/2018	Custo total 31/12/2018	Amortização acumulada 31/12/2018
Software	74	23	(25)	(33)	39	–	(36)
Intangível	52	–	–	20	32	–	(32)
Outros Intangíveis	1	–	–	–	1	–	(2)
Total	**127**	**23**	**(25)**	**(53)**	**72**	**–**	**(70)**

10. Provisões técnicas de seguros e custos de aquisição diferidos: a) Detalhamento das provisões técnicas por ramo - seguros

Ramos	Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG		Sinistros à Liquidar – PSL		Provisão de Despesa Relacionada – PDR		Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados – IBNR		Provisão de Excedente Técnico – PET	
Danos	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
0588 - DPVAT	–	–	3.601	3.914	138	167	29.520	25.849	–	–
Total curto prazo	**–**	**–**	**3.601**	3.914	**138**	167	**29.520**	25.849	**–**	**–**
Pessoas										
0982 - Acidentes pessoais - coletivo	101	32	10	20	–	–	20	39	5	–
0993 - Vida em grupo	17	4	25	8	–	–	17	7	–	–
Total curto prazo	**118**	36	**35**	28	**–**	**–**	**37**	46	**5**	**–**
Total	**118**	36	**3.636**	3.942	**138**	167	**29.557**	25.895	**5**	**–**

b) Movimentação das provisões técnicas: As tabelas a seguir apresentam a movimentação das provisões técnicas para o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2018.

	31/12/2018				
	Provisão para prêmios não ganhos – PPNG	**Provisão de sinistros a liquidar – PSL**	**Provisão de Despesa Relacionada – PDR**	**Sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**	**Custo de aquisição diferidos – DAC**
Saldo do Inicio do Periodo	**36**	**3.941**	**167**	**25.895**	**–**
Constituição/Reversão	81	–	(29)	3.662	5
Aviso de sinistro– Constituições e Reversões	–	5.002	–	–	–
Pagamento de sinistro/beneficios	–	(5.101)	–	–	–
Cancelamento	–	(206)	–	–	–
Saldo Final do Período	**118**	**3.636**	**138**	**29.556**	**5**

c) Desenvolvimento de sinistros: As tabelas a seguir apresentam a atual estimativa do desenvolvimento dos sinistros ocorridos, comparada com as correspondentes estimativas dos anos anteriores. Apresentamos o desenvolvimento dos sinistros que apresentam conjuntamente uma sobra acumulada de 100% em relação a 2017, e uma sobra de 88% em relação a 2018. Considerando o pouco tempo de operação, é esperada uma volatilidade inicial no desenvolvimento dos sinistros.

	Valores brutos de judiciais	
Ano de ocorrência	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Incorrido + IBNR		
até a data base	225.697,92	95.040,79
um ano mais tarde	0	0
dois anos mais tarde	0	0
três anos mais tarde	0	0
três anos e meio mais tarde	0	0
Em 31 de dezembro de 2018	**225.697,92**	**95.040,79**
Pago acumulado		
até a data base	136.041,90	22.000,00
um ano mais tarde	27.500,00	0
dois anos mais tarde	0	0
três anos mais tarde	0	0
três anos e meio mais tarde	0	0
Em 31 de dezembro de 2018	**163.541,90**	**22.000,00**
Provisão de sinistros		
Em 31 de dezembro de 2018	**70.958,10**	**73.077,98**
Sobra acumulada	**62.156,02**	**73.040,79**
% sobra acumulada	**88%**	**100%**

11. Impostos, contribuições e encargos sociais: a) Impostos e contribuições e encargos sociais à recolher: A descrição dos impostos e contribuições da Seguradora à recolher está a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda a recolher	67	32
Contribuição social a recolher	55	27
PIS e COFINS à pagar	52	25
Total de impostos e contribuições	**174**	**84**

12. Obrigações à pagar: Detalhamos abaixo a composição das obrigações à pagar da Seguradora em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Até um ano	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	47	43
Honorários, Remuneração e Gratificação a pagar	50	–
Aluguéis a Pagar	6	2
Dividendos a pagar	290	259
Obrigações a Pagar	**395**	**304**
Outras contas a pagar	7	13
Outras contas a pagar	**7**	**13**

13. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$ 3.445.550,30 em 31 de dezembro de 2018 representado por 689.110 ações ordinárias, sem valor nominal. b) Reserva de lucros: Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita a deliberação em Assembléia Geral. Em 31 de dezembro de 2018 a Seguradora possui saldo de reserva de lucros no montante de R$ 2.320, sendo reserva legal R$ 153 e reserva estatutária R$ 2.167 não possuindo alterações relativas ao período anterior. A Seguradora constitui sua reserva legal baseada no que determina a lei da sociedade anônima (5% legal). E o valor restante é constituído como reserva estatutária conforme estatuto da empresa. c) Dividendos: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Foram propostos dividendos de acordo com os limites mínimos previstos no Estatuto Social da cia. d) Lucro por ação: O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básicos e diluído por ação:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício	1.166	1.089
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	689.110	689.110
Lucro básico por ação - R$	**1,69**	**1,58**

e) Patrimônio líquido ajustado

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	5.774	4.891
(-) Intangíveis	(73)	(124)
(=) Patrimônio Líquido Ajustado (a)	5.701	4.767
Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
a - PPNG constituída	118	36
c - Proj. fluxos realistas sin. e desp. a ocorrer da PPNG, conforme TAP	77	11
d - Parcela PPNG = a - c	40	25
e - CMR desconsiderando o valor do Risco de Mercado	3.400	3.400
f - Limite = CMR - (e)	–	1
Total ajustes econômicos: menor entre (55% do item d X item f)	–	1
PLA (total) = PLA (a) + ajustes assoc. à var. val. econômicos (b)	5.701	4.766
Capital Base - (CNSP 282/13) (c)	3.400	3.400
Capital Adicional de Subscrição - CAS (1)	303	104
Capital Risco de Crédito - CRCS (2)	239	267
Capital Risco de Mercado	48	15
Benefícios da correlação de risco	(104)	(50)
Capital Risco Operacional	137	101
Capital de Risco (d)	624	437
Patrimônio Líqudo Ajustado	5.701	4.767
(-) Exigência de Capital - EC Maior entre (a) ou (b) ou (d)	3.400	3.400
Suficiência de Capital	2.301	1.366
Suficiência de Capital (% da EC)	67,6%	40,2%

14. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado: a) Prêmios emitidos

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios emitidos	10.360	7.892
Prêmios – Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)	118	–
Total – Prêmios emitidos	**10.478**	**7.892**
b) Variação das provisões técnicas de prêmios		
Provisão de Prêmios Não Ganhos (RVNE)	(81)	(36)
Provisão de Despesas Administrativas (PDA)	(32)	11
Provisão de Excedente Técnico (PET)	(5)	–
Total – Variação das provisões técnicas de prêmios	**(119)**	**(25)**
c) Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(5.151)	(6.134)
Despesas com sinistros	(2.127)	–
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	188	–
Total – Sinistros ocorridos	**(7.090)**	**(6.134)**
d) Custos de aquisição		
Comissões	(192)	(116)
Total – Custos de aquisição	**(192)**	**(116)**
e) Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas operacionais	**2.305**	**1.992**
Outras receitas com operações de seguros	2.305	1.992
Outras despesas operacionais	**(1.264)**	**–**
Despesas com cobranças	(1.027)	–
Administração de apólices e/ou contratos	(237)	–
Total de outras receitas e despesas operacionais	**1.041**	**1.992**
f) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(737)	(854)
Serviços de terceiros	(798)	(645)
Localização e funcionamento	(200)	(183)
Publicidade e propaganda	(51)	(17)
Donativos e Contribuições	(19)	–
Outras despesas administrativas	(1.035)	(553)
Total	**(2.839)**	**(2.252)**
g) Despesas com tributos		
COFINS	(416)	(384)
PIS	(68)	(62)
Taxa de fiscalização	(59)	(43)
Outros	(7)	(7)
Total	**(549)**	**(496)**
h) Resultado financeiro		
Receitas financeiras	**2.515**	**2.670**
Fundos de investimentos	298	488
Receitas com títulos de renda fixa públicos	51	26
Outras receitas financeiras (DPVAT)	2.165	2.156
Despesas financeiras	**(2.068)**	**(2.216)**
Outras despesas financeiras (DPVAT)	(2.068)	(2.216)
Total do resultado financeiro	**446**	**454**

15. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2018 IRPJ	CSLL	31/12/2017 IRPJ	CSLL
Lucro Contábil	**2.002**	**2.002**	**1.895**	**1.895**
Ajustes de avaliação patrimonial	7	7	–	–
Ajuste ao Lucro	47	47	(19)	(19)
Base de Cálculo	**2.056**	**2.056**	**1.876**	**1.876**
Aliquota nominal	25%	20%	25%	20%
Total de Impostos	**(520)**	**(435)**	**(437)**	**(369)**

16. Transações com partes relacionadas: (a) Transações com pessoal-chave: As transações com pessoal-chave da administração referem-se a valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme abaixo:

	2018	2017
Honorários de diretoria e encargos	12	6
Comissões Pagas	89	31
	101	**37**

(b) Transações e saldos: As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são: (i) Emissões de apólices de seguro dos ramos vida e acidentes pessoais; (ii) Pagamento de comissão por corretagem de seguros. **17. Eventos subsequentes**: Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados desde a aprovação final dessas demonstrações financeiras por parte da Administração da Seguradora, ocorrida em 20 de fevereiro de 2019.

Reginaldo Czezacki - Diretor Geral
Mauricio Bernardes - Diretor Administrativo e Financeiro
Luciana Romero Braga Borges - Diretora Riscos e Controles

Fábio Roberto Pereira - Contador CRC - 1SP239076-O/0
Sérgio Rangel Guimarães - Atuário Responsável
MIBA 0743

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Angelus Seguros S/A

Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da análise de solvência e dos limites de retenção da **Angelus Seguros S/A** - "Sociedade", em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração**: A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, além das bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade da Auditoria Independente**: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, da análise de solvência e dos limites de retenção, conforme definido no escopo da auditoria. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião**: Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da análise de solvência e dos limites de retenção da **Angelus Seguros S/A** em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros assuntos**: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras e consideramos que os respectivos dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2019
Éder Gerson Aguiar de Oliveira - Atuário MIBA 630
ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087
CNPJ 06.114.280/0001-45 - Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 – POA/RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Aos Administradores e Acionistas da
ANGELUS SEGUROS S/A
Curitiba - Paraná

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **ANGELUS SEGUROS S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ANGELUS SEGUROS S/A** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditados, para os quais emitimos Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, sem ressalva, datado de 16 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da **ANGELUS SEGUROS S/A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da seguradora. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Curitiba – PR, 20 de fevereiro de 2019
CPN Auditores Independentes S/S
CRC-PR 005478/O-0
Claudiney Carlos de Oliveira – Contador CRC–PR-028035/O-5